

A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Vanderlei Martini
Ivanete Salete Boschetti

Introdução

A decadência ideológica da burguesia brasileira é um tema que merece uma análise aprofundada, especialmente em um contexto de crise do capital, do Estado e de transformação societária profundas¹. Por certo, trata-se de uma chave de análise central para se compreender as origens dos problemas estruturais enfrentados pela sociedade brasileira e o momento contemporâneo. A hipótese em questão busca decifrar as expressões concretas dessa decadência e seus impactos sobre a classe trabalhadora. A análise se baseia em uma perspectiva crítica, que considera a burguesia como classe social não apenas do ponto de vista econômico, mas também como uma entidade social e política cuja ideologia influencia profundamente a estrutura e a dinâmica da sociedade brasileira.

Consequentemente, o presente artigo busca apresentar, de modo sumário e sistemático, as determinações centrais do debate sobre a decadência ideológica da burguesia e o avanço do irracionalismo na vida cotidiana brasileira. A fim de cumprir com esse objetivo, aborda-se a decadência ideológica da burguesia brasileira no contexto do capitalismo maduro, a partir dos clássicos da teoria social marxista, para fundamentar a crítica à formação social contemporânea do Brasil. Além disso, reflete-se sobre os rebatimentos da decadência ideológica do mundo burguês sobre a classe trabalhadora. Ademais, a partir de uma abordagem crítica e marxista, a pesquisa articula contribuições de teóricos clássicos com interpretações contemporâneas e oferece uma análise das relações sociais e econômicas e das estratégias de resistência.

Nesse sentido, com o intuito de analisar algumas expressões do subjetivismo, do misticismo e do irracionalismo contemporâneo, esse trabalho se divide em três partes: a primeira contextualiza o que é a decadência ideológica e o momento histórico em que a burguesia deixou de buscar uma compreensão o mais verdadeira possível da realidade social e passou a aceitá-la na medida em que não contradiz a essência do modo de produção capitalista. Marx, num primeiro momento e depois Lukács, destacam que após a consolidação do poder político da burguesia, ela assumiu uma postura conservadora, abandonando sua perspectiva revolucionária inicial.

O segundo item contextualiza as especificidades da formação social brasileira e a inserção da burguesia brasileira no contexto decadente das burguesias dos países de capitalismo central. A burguesia brasileira, conforme hipótese apresentada neste trabalho, possui características peculiares que a distinguem das burguesias de outros países. A formação histórica do capitalismo no Brasil, marcada pela “via prussiana” e/ou pela “revolução passiva”, moldou uma burguesia que, embora economicamente poderosa, é

¹ Texto elaborado a partir da tese de doutorado de Vanderlei Martini, sob orientação da professora Ivanete Boschetti, defendida no PPGSS/UFRJ. A tese foi publicada em livro intitulado “A decadência ideológica da burguesia: características, expressões e rebatimentos sobre a classe trabalhadora no Brasil” pela Editora Dialética em 2023.

ideologicamente débil. Essa fraqueza ideológica se manifesta em várias formas, desde a resistência às conquistas sociais até a manipulação ideológica que visa manter a ordem social existente

O terceiro momento apresenta algumas implicações da inserção tardia do Brasil no contexto decadente e como isso afeta a classe trabalhadora. Há várias expressões concretas da decadência ideológica da burguesia. Uma delas é a captura da subjetividade da classe trabalhadora, que se manifesta na flexibilização e precarização das condições de trabalho. Esse processo intensifica os níveis de alienação e estranhamento, onde os/as trabalhadores/as não se reconhecem naquilo que produzem, nem nos vínculos sociais que estabelecem.

Por fim, apresenta-se algumas notas a título de conclusões preliminares para o debate.

O que é e como os clássicos caracterizam a decadência ideológica da burguesia

É praticamente incontestado que existe sim, em Marx, uma vasta e sistemática crítica da grande reviravolta político-ideológica de todo o pensamento burguês no sentido da apologética e da decadência. O grande dirigente da primeira Internacional Comunista identifica a decadência ideológica da burguesia por meio de uma análise histórica e crítica das mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas. Ele observa que a burguesia nos países de capitalismo central, ao tomar o poder político, começa a desenvolver a luta de classes com o proletariado, o que coloca a política e a ciência econômica burguesa em uma posição de defesa dos interesses do capital. Marx critica a transição da pesquisa desinteressada para a apologética, onde os teoremas são julgados não pela sua veracidade, mas pela sua utilidade ao capital. Ele caracteriza essa fase como a era dos “espada-chins assalariados” em vez de cientistas desinteressados e situa o início da decadência ideológica no período de 1830-1848 na Europa central.

A luta de classes entre a burguesia e o proletariado, diz Marx (2009), dobrou finados pela ciência econômica burguesa. Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espada-chins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação da apologética.

Ademais, Marx também critica a traição dos partidos burgueses durante a Revolução de 1848, onde na Alemanha os partidos favorecem a monarquia dos Hohenzollern em detrimento dos interesses do povo, e na França, favoreceram Bonaparte ao invés da democracia. (Qualquer semelhança com os partidos burgueses no Brasil, como veremos, não é mera consciência). Essa traição política reflete-se na ciência social, levando a uma degeneração das capacidades da burguesia, que Marx (no *Manifesto comunista*) sintetiza ao afirmar que a burguesia percebe que todas as armas que criou contra o feudalismo agora se voltam contra ela.

Lukács (2016), no ensaio *Marx e o problema da decadência ideológica*, de 1938, amplia a análise de Marx, destacando que a crítica marxista da ideologia decadente abrange uma vasta reviravolta político-ideológica de todo o pensamento burguês. Ele identifica que o

pensamento dos apologistas não é mais fecundado pelas contradições do desenvolvimento social, mas sim busca mitigá-las conforme as necessidades da burguesia. Isso leva a uma evasão da realidade, com os teóricos defensores do capitalismo e da burguesia cada vez mais se afastando do contato direto com a realidade e colocando disputas formais e verbais no centro de suas considerações.

O filósofo húngaro também destaca que, durante a grande crise da ideologia burguesa, Marx criticou exaustivamente essa mudança de orientação em diversos campos do conhecimento, como história, economia, sociologia, política e filosofia. A decadência ideológica, segundo Lukács (2016), manifesta-se na tentativa dos teóricos de negar as contradições da vida ou de contrapor de maneira superficial determinações contraditórias. Este ecletismo, característico da burguesia capitalista, transforma as afirmações científicas em frases vazias, afastando-se da vida que deveria refletir.

Nessa perspectiva, tanto Marx quanto Lukács veem a decadência ideológica da burguesia como um processo de afastamento da realidade social ou, se se preferir, um abandono da perspectiva progressista e democrática. Assim, trata-se de um movimento em direção à apologética, onde a ciência, a política e a ideologia são manipuladas para servir aos interesses do capital, em detrimento de qualquer análise que apresente críticas objetivas com possibilidades de superação dessa forma societária.

Portanto, a análise de Marx e Lukács sobre a decadência da burguesia pode ser aplicada ao contexto brasileiro ao estudar como as ideologias, a política, a economia e as práticas culturais refletem as condições e contradições do capitalismo no Brasil. Isso inclui a crítica às formas de pensamento que sustentam as desigualdades sociais e econômicas no país. Pois, a teoria social de Marx como ferramenta de análise crítica permite entender melhor as dinâmicas de classes e os processos históricos que moldam a sociedade brasileira. O ponto de vista da classe trabalhadora, como defendido por Lukács, pode ser utilizado para criticar as estruturas de poder e promover mudanças sociais significativas. Por conseguinte, essas análises oferecem uma visão crítica sobre as transformações históricas, econômicas, políticas, culturais e ideológicas conduzidas hegemonicamente pela burguesia no contexto do capitalismo.

Ao refletir sobre a decadência ideológica da burguesia, José Paulo Netto, em um texto de 1978 intitulado *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*, complementa e atualiza as análises desse autor destacando aspectos contemporâneos. O autor aponta para a crise do chamado Estado de Bem-Estar Social nos países de capitalismo central, como um reflexo da decadência burguesa, onde as conquistas sociais do período pós-guerra são desmanteladas em nome da austeridade e da eficiência econômica, exacerbando a desigualdade social e a precariedade nas relações de trabalho. Ademais, observa que a ideologia neoliberal, predominante a partir das últimas décadas do século XX, é uma expressão evidente da decadência ideológica da burguesia, pois o neoliberalismo promove desregulamentação, privatização e a supremacia do mercado, destruindo conquistas civilizatórias.

Outrossim, a ideologia burguesa contemporânea promove uma cultura de consumo desenfreado, onde o valor de uso dos produtos é obscurecido pelo valor de troca e apelo publicitário. Essa cultura reforça a alienação e a reificação descritas por Lukács. Netto (1978) enfatiza o processo de despolitização promovido pela ideologia burguesa, em que a participação política e o engajamento social são desencorajados. A política é substituída pelo espetáculo e pelo consumo, o que acaba por minar a consciência de classe e a mobilização

coletiva. Além disso, a desmoralização é outro aspecto destacado, onde a corrupção e a crise de representatividade política desiludem as massas, favorecendo o avanço de ideologias conservadoras e autoritárias.

Desse modo, podemos dizer que as análises de Lukács e José Paulo Netto sobre a decadência ideológica da burguesia, com base marxiana, fornecem uma visão crítica e profunda das transformações históricas e ideológicas da classe dominante. Lukács, com sua ênfase na reificação, alienação, irracionalismo e fragmentação do conhecimento, e Netto com suas reflexões sobre o neoliberalismo, despolitização e a crise do chamado Estado de Bem-Estar Social europeu, juntos oferecem um quadro abrangente da crise ideológica que permeia o capitalismo contemporâneo.

Expressões da decadência ideológica e a inserção brasileira no contexto decadente da burguesia

É notório que as reflexões de Marx, Lukács e Netto, quando utilizadas para a apreensão das determinações do capitalismo dependente e da burguesia brasileira, fornecem uma base sólida para a análise crítica das estruturas sociais e culturais, promovendo uma compreensão mais profunda das desigualdades e dos processos históricos que moldam nossa sociabilidade. No contexto brasileiro, a crítica ao conservadorismo e ao irracionalismo pode ser direcionada contradiscursos e práticas que desvalorizam a racionalidade crítica, a ciência, a política e a cultura, e impedem as *mudanças que vem de baixo* em favor de crenças e políticas que perpetuam a desigualdade e a exploração.

Com efeito, não há uma decadência ideológica da burguesia brasileira em si, específica, esta se insere em um contexto de decadência geral das burguesias dos países de capitalismo central. Logo, a burguesia brasileira é expressão da inserção decadente no mundo burguês, e, a decadência refere-se à inexistência de papel revolucionário e progressista desta classe social, como visto em outros contextos históricos, o que a torna conservadora desde sua origem, portanto, ontologicamente interessada na manutenção do *status quo*. Por conseguinte, como classe social é relação, como observa Marx (2013), as classes trabalhadoras e suas representações ídeo-políticas também serão afetadas neste processo.

Nesse sentido, uma rápida olhada em nossa história recente dos últimos duzentos anos - da Independência (1822) aos dias atuais - basta para constatar empiricamente que a burguesia brasileira nunca teve nenhum interesse nacional. No episódio da Independência, as classes dominantes (com frações favoráveis e outras contra, não importa) visavam exclusivamente seus interesses particulares — especialmente parar de enviar pesados impostos para a Coroa portuguesa. Esse era o talismã e o amálgama daquelas lutas independentistas de parte da burguesia. Do mesmo modo, quando algumas parcelas defenderam a Proclamação da República, fora visando seus objetivos corporativos: os coronéis e marechais queriam governar e não mais seguir a obedecer ao imperador e alguns proprietários de terra ressentiam-se das regulamentações abolicionistas e antiescravistas.

No processo da abolição da escravidão no Brasil, algumas parcelas da incipiente e decadente burguesia brasileira tinham interesses econômicos que favoreciam sua posição favorável, que incluíam: 1) Modernização Econômica; a abolição da escravidão era vista como uma necessidade para modernizar a economia brasileira e integrá-la ao capitalismo

industrial que emergia no cenário global e inclusive em países da América Latina, como o caso da Argentina. A força de trabalho livre era considerada mais adaptável e produtiva, o que poderia fomentar o desenvolvimento industrial e tecnológico do país; 2) A atração de Investimentos Estrangeiros; a manutenção da escravidão era vista negativamente por muitas nações industrializadas, particularmente na Europa e nos Estados Unidos. Abolir a escravidão poderia melhorar a imagem internacional do Brasil, tornando-o um destino mais atraente para investimentos estrangeiros e comércio; 3) Estabilidade Social; a pressão interna e externa para acabar com a escravidão estava crescendo. Setores da burguesia temiam que a continuidade do sistema escravista pudesse levar a revoltas e instabilidade social, ameaçando suas propriedades e interesses econômicos. A abolição era vista como uma maneira de evitar conflitos sociais mais amplos; por fim, 4) a Incorporação ao Sistema Capitalista Internacional; com a escravidão abolida, o Brasil poderia se integrar mais plenamente ao sistema capitalista internacional, participando de cadeias produtivas globais que valorizavam o assalariamento da força de trabalho. Isso também significava uma maior abertura para o comércio internacional, onde a escravidão era cada vez mais condenada e proibida. Esses interesses, sumariados, mostram que o apoio de parte da burguesia à abolição da escravidão estava intimamente ligado às suas próprias necessidades econômicas e sociais, refletindo uma adaptação estratégica às mudanças globais e internas.

Algumas décadas mais tarde, em 1930, Getúlio Vargas, que governou o País de 1930 até 1954 (excetuando um pequeno intervalo de cinco anos – 1946–1950) tentou formar uma burguesia nacionalista. Não obteve sucesso. Aliás, a burguesia somente o apoiou de 1937 a 1945, quando viu nitidamente seus interesses econômicos (investimento pesado do Estado na industrialização) e políticos (repressão aos comunistas organizados especialmente em torno do Partido Comunista Brasileiro) atendidos. Portanto, quando a burguesia esteve ao lado de Getúlio, almejava obter benesses do Estado e do Governo.

Já em 1964, a burguesia não vacilou em apoiar os militares no governo desde que lhe atendesse sua demanda econômica. Durante a crise, e em seguida o ocaso da ditadura civil-militar, mais uma vez, a burguesia não hesitou em mudar de lado e, além de discursos contra a “falta de liberdade civil”, candidataram-se e foram para o novo regime político que se abria — claro que com objetivos econômicos muito bem definidos, ou seja, o saque ao fundo público por “vias democráticas”.

Também não se pode negligenciar o papel de frações da burguesia industrial e financeira, representadas pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) entre outras entidades representativa dos interesses burgueses, que em 2016 não hesitaram em pular do navio como ratos que pressentiram o naufrágio do suposto “novo desenvolvimento”, rompendo o pacto de classe que havia sustentado os governos do PT desde 2003. Por certo, o papel desempenhado pela burguesia nativa no naufrágio do governo Dilma foi mais do que apenas pular do navio. Eles colocaram partes importantes no casco do navio que o mantinha em flutuação e em algum momento decidiram tirar e pôr fim a navegação, arrancaram as peças e o lulismo não conseguiu fazer os reparos necessários com outras forças políticas, o que provocou seu naufrágio (ao menos temporariamente) com o impeachment da Presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016.

Após o golpe político-parlamentar de 2016 e a ascensão ao poder de Michel Temer e sua trupe, a decadência da burguesia vai se expressar na retomada, com força, da chamada

“pauta dos costumes” conservadores e no recrudescimento da ofensiva do capital sob o tacão da ortodoxia neoliberal com brutais cortes nos direitos e políticas sociais. Este fato ficou expresso quando foi incluído na Constituição Federal (algo inédito até então) o regime fiscal que estabeleceu o congelamento dos gastos sociais não obrigatórios por 20 anos. Na sequência, já sob o governo Bolsonaro, para além do conservadorismo, a decadência ideológica da burguesia se expressa no flerte irracional ao nazi/fascismo e no ataque aos direitos - por meio da contrarreforma da previdência que aumentou o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria – e às organizações da classe trabalhadora. Retomaremos essas expressões concretas da decadência ideológica mais adiante.

Por ora, achamos importante tecer alguns comentários a mais sobre o irracionalismo autoritário e medieval, expresso por Bolsonaro e sua trupe quando estiveram à frente do governo federal. Em primeiro lugar, nos dias que correm, é praticamente incontestado que a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder representou uma ameaça significativa à *democracia restrita* (burguesa) brasileira, devido ao seu autoritarismo. Bolsonaro demonstrou ao longo de quatro anos inclinações autoritárias e minou as instituições democráticas burguesas. São exemplos de irracionalismo o ataque desferido à imprensa livre e ao judiciário. Além disso, o governo de Bolsonaro promoveu um discurso irracionalista, expresso na desvalorização da ciência e da educação, especialmente evidente na gestão da pandemia de COVID-19, que resultou em altas taxas de mortalidade (foram mais de 700 mil) e crise sanitária.

Ademais, a trupe de Bolsonaro impulsionou políticas conservadoras extremas, ameaçou os direitos humanos, civis e políticos, especialmente de grupos minoritários e vulneráveis. Nesse sentido, como exemplo do show de horrores, basta lembrar a política de extermínio dos povos indígenas, especialmente na Amazônia e no Centro-Oeste, a política de destruição do bioma Amazônico com os garimpos e as queimadas no bioma Cerrado, sem falar nas pautas ultraconservadoras e moralistas com frequentes ataques aos direitos humanos e à diversidade.

Além disso, o uso massivo de desinformação e *fake news* foi e é uma estratégia central para manter o apoio popular ao bolsonarismo. Ao manipular a opinião das massas trabalhadoras despolitizadas, que em sua maioria são conservadoras em função da herança cultural escravista e colonial decadente da formação social brasileira, acaba por criar divisões sociais profundas. Em suma, a decadência da burguesia e seus representantes também se expressou na presença militar no governo Bolsonaro que aumentou como nunca visto em nossa história recente. Muitos militares da ativa e/ou da reserva ocuparam cargos públicos estratégicos, o que elevou as preocupações sobre um possível retorno às práticas autoritárias do período da ditadura-civil-militar. Esses fatores, notadamente, contribuíram para um ambiente de instabilidade democrática, onde muitas conquistas históricas da luta social e dos/as trabalhadores/as foram ameaçadas ou destruídas por uma governança autoritária e ultraneoliberal, que aprofundou medidas neoliberais em curso.

Estes fatos empíricos, aqui apenas sumarizados, indicam que, por um lado, a decadência da burguesia brasileira vem desde sua gênese e se insere em um contexto geral de decadência burguesa sob o capitalismo monopolista, que a marcará profundamente. Por outro lado, como observa Fontes (2020), “inexiste uma burguesia nacional no Brasil e inexistem condições históricas para a emergência de algo similar. Essa constatação de forma alguma reduz o peso e a complexidade organizativa dessas burguesias brasileiras”. Nesse sentido, como observou atentamente Moura (2020), os ingleses modernizaram o Brasil, mas

através de estratégias de subordinação — sutis ou abertas — que determinaram progressivamente, à medida que nos endividávamos, esse processo de dependência. Dessa forma, insistimos com o autor, que *não houve a possibilidade de formar-se uma classe burguesa nacional* nas condições de assumir o comando desse desenvolvimento, mas as suas capas médias — inclusive políticas — foram prestar serviços auxiliares aos grandes incorporadores estrangeiros, investidores e filiais de bancos ou empresas que se instalaram aqui, transformando-nos em um simples entreposto mercantil e bancário dos seus negócios.

Sabemos que não existe o “bom burguês”, portanto, há futuro para o Brasil, especialmente para a classe trabalhadora, se se não continuar a fortalecer a mal chamada “burguesia nacional”. A existência da burguesia como classe em nível nacional, atuante e impondo sua ordem, de maneira unificada (embora contraditória) em todo o território, não a converte na famosa (e mal interpretada) “burguesia nacional”². No entanto, assistimos desde Vargas parte significativa da representação ídeo-política da classe trabalhadora organizada acreditar que a burguesia brasileira poderia desencadear um processo revolucionário de cunho democratizante e fortemente anti-imperialista. Além disso, supôs-se muitas vezes que a burguesia local “progressista” estaria disposta a enfrentar a grande propriedade rural e a dirigir um processo de incorporação republicana dos setores subalternos. Ledo engano.

“Interesse na economia nacional”, significa, do nosso ponto de vista, indiferença em face de toda a superexploração que é submetida a classe trabalhadora, em sua diversidade de gênero e étnico/racial, para gerar os superlucros para a burguesia decadente brasileira. Ademais, é interessante observar que um dos artifícios ideológicos usados por esta burguesia para se colocar indiferente aos problemas da classe trabalhadora brasileira é culpá-la por sua condição de pobreza (bem ao estilo Malthus que Marx tanto criticou). Também é próprio da burguesia dizer que a indolência, a preguiça, as festanças, os feriados etc. são o problema da pobreza. É a tal síndrome do *vira lata* como mecanismo para aliviar a “consciência” desta burguesia decadente. Desse modo, a burguesia brasileira sempre que possível, evitou qualquer compromisso com a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, além de considerarmos a inserção da burguesia brasileira no contexto da decadência ideológica da burguesia dos países de capitalismo central, observamos que se manifesta de diversas formas. Como pontuado acima, observa-se uma crescente desconexão entre a retórica da modernização e do desenvolvimento e a realidade de desigualdade extrema e precariedade social. As promessas de um crescimento econômico inclusivo não se realizam para amplas parcelas da população, especialmente para a classe trabalhadora, as mulheres, os negros e os segmentos mais pobres.

O uso de discursos moralistas e antipolítica por parte das representações políticas de parte da burguesia brasileira para desviar a atenção das suas próprias práticas corruptas, também expressa essa decadência. Nesse sentido, o bolsonarismo é exemplo cabal da narrativa antipolítica, como se o Executivo fosse o representante da “vontade popular”, mas o Congresso e o STF não permitissem que o governo realizasse os anseios das “famílias de bem”.

² Não obstante Florestan Fernandes (2005) usar constantemente a conjunção *burguesia nacional*, julgamos não ser esta a mais apropriada, pois, a burguesia brasileira (local ou nativa) não possui qualquer interesse nacional. Quando usamos a conjunção *burguesia brasileira, local ou nativa*, julga-se que seria perfeitamente possível lançar mão de qualquer uma das expressões do ponto de vista da semântica e da literatura política. Para um maior aprofundamento, conf. Martini (2023) Fontes (2010).

Outros exemplos poderiam ser arrolados aqui, entretanto, intentamos demonstrar essencialmente que a burguesia brasileira já nasce como expressão de uma ordem decadente — colonial, escravista, imperial e capitalista. Portanto, trata-se de uma classe representativa de todo um sistema social e, somente a partir dessa realidade é que podemos analisar em profundidade o seu conteúdo e a sua função social num país de capitalismo dependente. Mas essa histórica dependência da burguesia brasileira, segundo Fontes (2010, p. 364), “não a faz menos burguesia, isto é, necessitada de valorizar o valor”.

Desse modo, conclui-se que a crítica marxista deve ser intensificada para compreender e superar as contradições do capitalismo no Brasil. Por conseguinte, defende-se a necessidade de políticas sociais e reformas estruturais como lutas táticas importantes, no sentido da emancipação política, com vistas a enfrentar a crise estrutural da sociedade burguesa que recai sobre as/os trabalhadores/as, quanto para fortalecer a caminhada rumo a emancipação humana.

Rebatimentos da decadência do mundo burguês sobre a classe trabalhadora

No Brasil, as expressões da decadência ideológica da burguesia brasileira que rebatem sobre a classe trabalhadora são múltiplas e variadas. Como classe só existe em relação com outras classes - numa perspectiva dialética - quer dizer, somente existe burguesia porque existe classe trabalhadora e vice-versa, pois ambas são processo e resultado do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a decadência ideológica da burguesia configura-se no contexto do amadurecimento da classe trabalhadora (classe para si), mas também como expressão de sua derrota.

Com efeito, a decadência ideológica da burguesia expressa a crise da sociabilidade – em função das promessas não entregues e da apropriação privada da riqueza produzida socialmente pela burguesia - que afeta todas as esferas da sociedade brasileira. Para a classe trabalhadora, essa crise é sentida de forma aguda na forma de precarização das condições de trabalho, no aumento da exploração e na deslegitimação política. No entanto, a própria crise também cria condições para a mobilização e a luta por uma nova hegemonia, baseada em valores de justiça social, igualdade e solidariedade.

Desse modo, a decadência ideológica da burguesia se manifesta na rejeição a qualquer reforma que seja fruto da organização e das lutas da classe trabalhadora - que possam alterar as bases do capitalismo numa perspectiva progressista - o que perpetua a concentração de renda, riqueza e poder. Assim, a decadência manifesta-se na manipulação burguesa da realidade que aprofunda a exploração, a desigualdade, a alienação e impacta as condições de vida da classe trabalhadora – especialmente das mulheres e negros – e suas formas de organização e representação política.

Como a decadência ideológica da burguesia brasileira é marcada por um processo de alienação e manipulação, conforme Lukács (2013), a manipulação dos monopólios e a influência sobre o tempo livre de trabalhadores/as são aspectos centrais dessa decadência. A burguesia contemporânea utiliza a ideologia para manter seu domínio, reforçando a alienação da classe trabalhadora através de mecanismos de consumo e cultura de massa. Nesse sentido, a desigualdade econômica e social, a concentração de renda, de terras, de riqueza e poder nas

mãos de poucos, enquanto a maioria vive em condições de pobreza e insegurança econômica, desmente as promessas de prosperidade generalizada.

Os impactos da decadência ideológica da burguesia sobre a classe trabalhadora são profundos e multifacetados. A alienação intensificada e a manipulação ideológica têm consequências diretas sobre a subjetividade e a organização política dos trabalhadores. Em primeiro lugar, há uma intensificação da desigualdade social, política, cultural e econômica. A burguesia utiliza estratégias como a precarização do trabalho e a redução dos direitos sociais para manter sua hegemonia e lucratividade, exacerbando a exploração e a opressão das/os trabalhadoras.

Do mesmo modo, a manipulação ideológica tem consequências diretas sobre as organizações sociais e políticas da classe trabalhadora. O predomínio do imediatismo e do taticismo nas estratégias dessas organizações é uma expressão da influência decadente da ideologia burguesa. Isso resulta em uma falta de profundidade teórica e em uma mistificação da realidade, que impede a classe trabalhadora de desenvolver um projeto político emancipador.

A seguir, analisamos algumas manifestações concretas da decadência ideológica da burguesia que impacta profundamente a classe trabalhadora brasileira.

A primeira é a precarização das condições de trabalho com a captura da subjetividade da classe trabalhadora, que se reflete na flexibilização das leis trabalhistas e a expansão de relações instáveis de trabalho desprovidas de segurança e proteção social. Neste aspecto, a manipulação ideológica promovida pela burguesia por meio da mídia empresarial de massa é latente. A burguesia utiliza esses meios para reforçar sua hegemonia e tentar manter a classe trabalhadora em um estado de passividade e aceitação das condições sociais existentes. Esse controle ideológico é crucial para a manutenção da ordem social burguesa, e, é uma barreira impeditiva ao desenvolvimento de uma consciência de classe crítica entre os/as trabalhadoras/as. Atuam nessa direção, por exemplo, a ideologia do empreendedorismo e o da (in)segurança jurídica, entre tantos outros.

Para Antunes (2018), as transformações societárias das últimas décadas caracterizam uma *nova era de precarização estrutural do trabalho* que desencadeia mudanças profundas nas formas de organização e relações do trabalho. Essas transformações que se processam na esfera produtiva e nas relações sociais de trabalho, como observa Raichelis (2018), além de explicitar novas expressões da velha “questão social”, reconfiguram as políticas sociais. Assim, as precárias condições de existência social da população usuária das políticas públicas se desvelam cotidianamente nas instituições e exigem respostas dos profissionais que, em grande medida, não dispõem de condições objetivas para viabilizá-las. Portanto, ao buscar maximizar seus lucros, a burguesia intensifica a exploração do trabalho, aumenta as jornadas e diminui os salários, enquanto expropria direitos adquiridos historicamente.

A segunda manifestação concreta é o retrocesso, ou, em outros termos, a expropriação de direitos sociais (Boschetti, 2018). Neste campo, a implementação de políticas de austeridade fiscal, o saque ao fundo público em favor dos negócios da burguesia e a manutenção das políticas macroeconômicas neoliberais por décadas, as quais atuaram em perfeita sintonia com os interesses do grande capital, impedem qualquer avanço significativo no campo social. A supressão e/ou redução de direitos previdenciários e trabalhistas refletem uma tentativa da burguesia de manter seus privilégios à custa da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, além de manter uma importante parcela da classe trabalhadora disponível para o capital.

Esse quadro se agrava, e muito, após o golpe institucional (jurídico, midiático e parlamentar) de 2016, que destituiu por meio do impeachment a presidenta Dilma Rousseff. Desde então, vivemos acelerados e intensos processos de expropriação de direitos sociais, concretizados por contrarreformas destrutivas das políticas sociais que agravam as desigualdades de classe, e atingem de modo mais contundente, as mulheres e pessoas negras (Boschetti, 2023). Trata-se, como observa Behring (2018), de uma onda avassaladora de contrarreformas tocadas de forma aligeirada para garantir a retomada de fôlego (da taxa média de lucro) ao grande capital financeiro em tempos de crise.

Neste sentido, podemos destacar duas contrarreformas que marcam esse período – a do trabalho e a da previdência social. Essas contrarreformas, instituídas legal e “democraticamente”, alteram a configuração das políticas sociais e rebatem sobre a classe trabalhadora. Mas, não atinge a todos/as com a mesma intensidade. As mulheres e as pessoas negras estão muito mais subjugadas a esses processos, determinado pelos traços que caracterizam nossa formação social que produz e reproduz históricas desigualdades de classe, gênero e raça (Boschetti, 2023). Os reflexos desse projeto destrutivo foram vistos ainda mais explicitamente a partir de 2020 com a pandemia do Coronavírus (covid-19). Assim, pode-se dizer que os governos ultraneoliberais de Temer e Bolsonaro buscaram implementar um projeto de destruição das políticas sociais para privilegiar os lucros do capital.

A terceira manifestação é o enfraquecimento e a deslegitimação das instituições democráticas burguesas e a manipulação dos processos eleitorais que reduzem a capacidade da classe trabalhadora de influenciar as decisões políticas que afetam suas vidas. Nesse sentido, a promoção de valores individualistas e mesquinhos contribui para a alienação e fragmentação da classe trabalhadora, o que dificulta a organização coletiva e a luta por direitos. Além disso, em face dessa brutal alienação, suas representações políticas e organizativas podem facilmente ser cooptadas ou fragmentadas, o que dificulta ainda mais obter conquistas pontuais, para não falarmos de mudanças estruturais significativas.

Por fim, a decadência ideológica da burguesia também abre espaço para alternativas extremistas e, muitas vezes, regressivas. A ascensão de discursos nacionalistas e fascistas que prometem soluções fáceis para problemas complexos, pode desviar a atenção da luta de classes e enfraquecer ainda mais a posição da classe trabalhadora. Nesse sentido, os quatro anos de governo Bolsonaro deixaram um rastro de destruição que pode se perpetuar por décadas. Pois, a decadência ideológica da burguesia brasileira como sustentada ao longo deste trabalho, com seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora, está a conduzir à banalização da vida humana em todos os sentidos. Portanto, as implicações da decadência ideológica em que estamos imersos são vastas e complexas, o que exige análise contínua e ações coordenadas para enfrentar os desafios impostos pela crise do capitalismo e pela inexistência de qualquer perspectiva progressista da burguesia brasileira.

À guisa de conclusão

Para concluir, observamos que apesar de todo o otimismo com a *Redemocratização*, a nova *Constituição Federal*, as *eleições diretas* em todos os níveis - municipal, estadual e federal - e a eleição de um nordestino operário (Lula) para presidente do Brasil no início desse século (que elegeu uma sucessora por duas vezes), os últimos 30 anos revelaram-se mais complexos e muito mais difíceis do que muitos imaginavam e supunham.

No aspecto político, mais difícil porque muitos dirigentes e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora acreditaram na democracia restrita burguesa que emergia com o fim do regime *autocrático burguês*, nos termos de Fernandes (2005) e, sobretudo, com a possibilidade de, enfim, se ampliar a democracia política no país. Nesse contexto, a eleição de 1989 representou um marco importante na história da nossa incipiente democracia, pois, naquele pleito, embora com 22 candidatos, principalmente durante o segundo turno (17 de dezembro de 1989), enfrentaram-se projetos antagônicos para a sociedade brasileira.

Em face desse cenário, muitos autores e autoras situados no espectro ideopolítico de esquerda (ou, se se preferir, progressistas em alguns aspectos), embora de diferentes matizes teóricas, convergem na afirmativa de que lá se perdeu não apenas a eleição para a presidência, mas — e o que representa um retrocesso ou no mínimo mais alguns anos de espera —, a possibilidade de começarmos realmente um *projeto de nação*. Por esse motivo, com a derrota política (além da conjuntura internacional desfavorável, lembre-se da ofensiva neoliberal e da queda do leste europeu), o eixo democrático e popular que dominou toda a década de oitenta, com seu impulso socializante, seria profundamente modificado.

O período que se abre nos anos 1990 aos dias atuais, de *democracia restrita* nos termos de Fernandes (2005) ou *democracia blindada* (Demier, 2018) é, certamente, funcional aos interesses do capital e, portanto, da burguesia que ascendia ao controle político do país. Neste sentido, evidencia-se que o capitalismo monopolista tinha reformulado — a partir do desenvolvimento das forças produtivas — a necessidade de novas formas administrativas e políticas. Contudo, não ficou suficientemente entendido que o capitalismo monopolista é estruturalmente antitético à democracia, como sentenciou cabalmente Wood (2011). A história acabou demonstrando — o que também não foi assimilado —, que o processo de ampliação da democracia implica choques permanentes com a lógica privatista do capital. Além disso, vimos que *nada* do que uma democracia, qualquer que seja ela, pode apresentar formalmente possui valor *intrínseco*. De fato, em determinadas condições, tudo pode converter-se em instrumento de opressão, exploração, reação (LUKÁCS, 2007).

O exemplo cabal que confirma essa assertiva, vimos em agosto de 2016, com o *golpe parlamentar-midiático-jurídico*. A história nos mostrou que a “socialização da política” (de forma muito restrita) sem a socialização econômica e sem a elevação do nível de consciência da sociedade tem muitos limites. O que a classe trabalhadora passou com o governo Temer (2016-2018) e com Bolsonaro (2019-2022) é para ser sempre lembrado, para que jamais se repita. Sob um novo clima de ameaças, temor e pânico a partir da eleição de Bolsonaro, colocou-se na ordem do dia novamente, a necessidade de fortalecer a democracia da sociabilidade burguesa e as instituições do Estado Democrático de Direito. Pois, mesmo a democracia restrita burguesa estava desprestigiada e fortemente ameaçada por mais um golpe. O 8 de janeiro de 2023 é mais uma daquelas tragédias que se repetem historicamente em nossa sociedade.

São tempos acentuadamente regressivos que revelam, de acordo com Braz (2017), a ascensão das forças mais conservadoras e até mesmo reacionárias operantes nos diversos aparelhos estatais - Parlamento, Judiciário, na grande mídia; na atuação de movimentos de direita financiados pela burguesia nativa e estrangeira que estavam à frente das mobilizações pelo golpe. Nesse sentido, basta uma rápida olhada sobre o perfil socioeconômico e do nível, ou melhor do compromisso ético, político e moral da ampla maioria dos políticos brasileiros eleitos para a Câmara dos Deputados na eleição (2022) para o quadriênio 2023-2026.

A conclusão a que se chega quanto ao aspecto político é, inevitavelmente, de que *vivemos uma decadência política sem precedentes na história republicana brasileira*. E o quadro se agrava na medida em que não estamos diante de um problema passageiro que se corrija com uma adequação tática, como observa Iasi (2018), mas diante do esgotamento de uma estratégia que predominou no último período e que deriva de profundos equívocos e incompreensões quanto à caracterização de nossa formação sócio-histórica.

No campo constitucional legal, tem sido mais difícil porque, em pouco mais de 35 anos, a “*Constituição Cidadã*” foi “emendada”, “remendada” e *desfigurada* mais de uma centena de vezes com Emendas Constitucionais (geralmente contra os direitos da classe trabalhadora) e quilômetros de dispositivos que exigem regulamentação que seguem sem solução até os dias atuais, como o imposto sobre grandes fortunas entre outros. Desse modo, a Carta de 1988 expressa a incorporação de componentes próprios da democracia liberal como a liberdade de criação de partidos, a independência entre os poderes e o sufrágio universal e absorve, parcialmente, as demandas dos setores populares por direitos sociais e trabalhistas. Porém, a incorporação do regime político democrático liberal conviveu, por exemplo, com a permanência de muitas das prerrogativas do papel das Forças Armadas – que o governo Bolsonaro soube usar muito bem, ao ponto de ameaçar a democracia restrita burguesa – como a recorrência à força para manter a “lei e a ordem”. Além disso, a Carta legitima a adoção da política de ajustes neoliberal, a partir dos anos 1990, que desfinanciou a oferta de políticas sociais públicas universais e de qualidade.

Do ponto de vista econômico-social, os últimos anos foram difíceis para a classe trabalhadora porque se acreditou no *mito da incompletude do capitalismo*, nos termos de Figueiredo (2018), por um lado, e na possibilidade de efetivar os direitos sociais sem mudança nos fundamentos do modo de produção capitalista, de outro. A noção de incompletude do capitalismo seria, como observa Figueiredo, grosso modo, que no Brasil o modo de produção é capitalista e que, em virtude da forma própria de seu desenvolvimento, careceria, à sombra da fórmula democrática-burguesa, de um longo período de transformações dentro da ordem.

Nessa perspectiva, ganhou força (*corações e mentes*) a tese segundo a qual seria possível humanizar o capitalismo, conciliando desenvolvimento econômico capitalista com políticas sociais universais – como acreditou parte da esquerda europeia vinculada à social-democracia do pós-Segunda Guerra. Essa capitulação em face da ofensiva do capital rebateu fortemente no Brasil, ainda que tardiamente, especialmente depois da “queda do muro” de Berlim e ao longo dos anos 1990. Como se sabe, a origem de toda ideologia em defesa do capitalismo humanizado visava combater as revoluções de caráter socialista e o comunismo em escala mundial. Ou seja: acreditava-se que a “questão social” era fruto da falta de desenvolvimento ou pela incompletude (ou ainda, pelo constrangimento) do capitalismo no Brasil. Portanto, bastava desenvolver o modo de produção capitalista para superarmos o atraso. Mais uma vez (como tragédia e farsa), esqueceu-se que, no Brasil, como bem observou Schwarz (2012), o progresso é uma desgraça, e o atraso uma vergonha.

Sob o *capitalismo dependente*, o modo de vida da classe trabalhadora implica contradições básicas: por um lado, diz Iamamoto (2012), a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho coletivo. Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa e absoluta do/a trabalhador/a. Essa é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da “questão

social” dessa sociedade, que se expressa sob inéditas condições no atual contexto histórico.

Desse modo, vive-se uma decadência nos aspectos econômicos porque, por um lado, com o atual modelo econômico em curso, não há futuro promissor para a classe trabalhadora nos dias que correm. Por outro, não obstante todos, absolutamente todos os governos desde a redemocratização terem prometido reduzir ou acabar com a pobreza (a pobreza extrema) e fazer distribuição de renda, como vivenciamos, a situação da classe trabalhadora, substantivamente, pouco se alterou nesses últimos trinta anos.

Além disso, todos os governos após a redemocratização (Collor, Itamar Franco, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro) pautaram-se por uma política econômica em perfeita sintonia com as diretrizes neoliberal. No entanto, esses governos tiveram trajetórias distintas em cenários externos diferenciados, que implicaram em diferentes desfechos. Por isso, mesmo que tenham atuado no sentido de reproduzir o capitalismo em sua fase neoliberal, não se pode dizer que eram idênticos, pois não produziram os mesmos resultados para a sociedade, como demonstrado acima.

Assim, a base econômica que esperava-se ser a base para o processo de democratização da política e da cultura (e da efetivação dos direitos sociais e econômicos garantidos na Carta Magna), converteu-se na base que exige, de acordo com Iasi (2018), a negação dessa forma democrática e reatualiza as bases da autocracia burguesa naquilo que lhe é fundamental. Isto é, uma ordem que encontra sua legitimidade nos estreitos limites daqueles que dela se beneficiam, restando aos demais a imposição violenta dos meios coercitivos e a intensificação dos mecanismos explicitamente ideológicos que encobrem e justificam a ordem social existente.

Verifica-se, da mesma maneira, que sobre as organizações sociais coletivas da classe trabalhadora e seus intelectuais orgânicos, no aspecto ideológico ocorreu o predomínio do *imediatismo* e do *taticismo*; no campo teórico e político, respectivamente, deu-se a *miséria da razão* e a *mistificação* da realidade. Essas são, notadamente, expressões dos rebatimentos da decadência da burguesia e do mundo burguês sobre a classe trabalhadora e suas organizações sociais coletivas. Assim, do ponto de vista das classes subalternas, a grande tarefa estratégica é a superação das origens de todo esse arcabouço de problemas. Mas isso não é tarefa fácil, pois existem articulações orgânicas entre os interesses econômicos e ideológicos das classes dominantes e das camadas dirigentes do regime democrático restrito.

Embora em alguns momentos a luta de classes possa não se explicitar e se manifestar abertamente, porque a disputa é amortecida pelos processos de captura, conciliação, repressão ou mesmo pela invisibilidade aos processos de resistência, negados sistematicamente pelo capital e pela mídia burguesa, o antagonismo de classes é permanente, para além da consciência da própria classe. Marx (2009) já afirmava, desde suas obras de juventude, que é preciso condições materiais de existência para que a consciência possa alterar-se e solidificar-se. Os refluxos da luta não significam a redução ou inexistência do antagonismo. O fato de os/as trabalhadores/as não se reconhecerem como tal não muda esse fato objetivo, essa condição objetiva; mas muda, sim, as possibilidades de organização, mobilização, ampliação da consciência e capacitação para o enfrentamento. Logo, a ausência de identidade de classe não nega a existência da classe, mas tem sobre ela um impacto nefasto.

Nesse sentido, como se buscou demonstrar ao longo deste artigo, estamos convencidos de que é pelo caráter de *capitalismo dependente* e a forma específica de inserção na ordem *imperialista* que se determina toda a formação social, política, econômica e ideocultural

brasileira. Consequentemente, é por este meio que se determina o caráter ontologicamente decadente da burguesia brasileira. Portanto, como as classes sociais somente existem em relações sociais, de uma maneira ou de outra, toda esta contingência acaba por rebater na classe trabalhadora e em suas formas representativas ou, em seus intelectuais orgânicos e coletivos e em seus organismos privados de hegemonia.

Nosso pressuposto é que todos estes aspectos sumarizados (o político, o econômico, o cultural e o ideológico) estão intimamente ligados e relacionam-se entre si, portanto, não se trata apenas de fazer “análises concretas de situações concretas” estanques ou isoladas. Ao contrário, é preciso identificar o que é específico de cada um desses complexos e ver as conexões históricas que os ligam. Dessa maneira, julgamos ter sido possível trazer à luz algumas das principais expressões da decadência ideológica ontológica das classes dominantes brasileiras e as implicações desse processo sobre as classes subalternas.

Compartilhamos das aspirações que almejam superar o estado de barbárie que assola a sociabilidade atualmente no Brasil, portanto, sabemos da necessidade de uma “frente ampla” para resistir às ofensivas do capital, ultraneoliberais de cunho fascistizante. Entretanto, não devemos minimizar as críticas às ideologias burguesas e tampouco fazer concessões de princípio ao “novo taticismo” presente na cena contemporânea brasileira.

Em decorrência disso, entre outros fatores determinantes, vive-se uma *pulverização* e uma *atomização* da vida social. Além do mais, em geral, não há de maneira disseminada uma perspectiva de totalidade no debate contemporâneo e, com isso, o abandono das categorias fundamentais (totalidade, mediação e contradição) para se interpretar e daí buscar alternativas para mudar a realidade.

Concluimos esse trabalho com a triste constatação de que ainda sofremos os efeitos no contexto presente dos retrocessos, intensos e perversos, promovidos pelos governos Temer e Bolsonaro no âmbito dos direitos humanos e sociais. Nesse sentido, é evidente o desemprego estrutural, a precariedade das relações de trabalho, as exigências de contenção salarial, de flexibilidade das relações de trabalho, o desmonte do já frágil sistema de proteção social, o avanço da intolerância e do conservadorismo que não reconhece e nem respeita a diversidade humana. As desigualdades e o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e/ou sociais, tem sido potenciados pelas orientações neoliberais e pela falácia “neodesenvolvimentista”. O ônus dessas ideologias recai sobre as massas trabalhadoras, sobretudo sobre as mulheres e a população negra. O pauperismo absoluto e relativo não deixa de constantemente bater à porta da classe trabalhadora.

Por fim, parece incontestável a vitória das estruturas sobre os sujeitos sociais atualmente. Parece definitiva a hegemonia da manipulação e da instrumentalização sobre a atividade criadora dos seres humanos. Enfim, parece que as categorias de totalidade, práxis e revolução se exilaram da sociedade brasileira contemporânea. Entretanto, se vivemos em tempos sombrios, quando as vitórias da decadência ideológica e da manipulação parecem incontestes, isso não é, certamente, em definitivo. Aqui e ali, vislumbram-se sinais de que a história não acabou. E não acabou mesmo, pois, como disse Marx (2010), ainda vivemos na pré-história da humanidade.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BEHRING, Elaine. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In: ANAIS DO 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Vitória, 2 a 7 dez. 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína de. Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos, superexploração e desigualdade de classe, gênero e raça no Brasil recente. *In: BOSCHETTI, Ivanete, GRANEMANN, Sara, KILDUFF, Fernanda e SILVA, Mossicléia Mendes da. (Orgs.). Os direitos não cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo*. São Paulo: Usina editorial, 2023.
- BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: EPSJV/UFRJ, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IASI, Mauro Luís. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudos guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). GRANEMANN, Sara. (org.). **Coleção Carlos Nelson Coutinho**. v. IV. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2018.
- LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. *In: Marx e Engels como historiadores da literatura*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl Heinrich. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl Heinrich. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl Heinrich. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl Heinrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINI, Vanderlei. **A decadência ideológica da burguesia**: características, expressões e rebatimentos sobre a classe trabalhadora no Brasil. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social, transformações do trabalho e políticas sociais no capitalismo contemporâneo. *In*. RAICHELIS, Raquel. VICENTE, Damares. ALBUQUERQUE, Valéria. (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do marxismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.